


RCCG

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

Consolidação de Contas

MUNICÍPIO DE OEIRAS

2
0
1
3



Índice

Introdução	5
1. Análise do Perímetro de Consolidação	9
2. Métodos de Consolidação	17
3. Balanço Consolidado	19
4. Demonstração de Resultados Consolidada	23
5. Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada	25
6. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas Análise Económico Financeira	27
7. Análise Económico Financeira	39



Introdução

A 10 de Janeiro de 2014, entrou em vigor a Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro que estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais revogando a anterior Lei das Finanças Locais Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro contendo mudanças legislativas relevantes no caso particular da prestação de contas consolidadas.

Nos termos do artº75º, os Municípios devem apresentar em determinadas circunstâncias, contas consolidadas, sendo ainda referido que os procedimentos contabilísticos para a consolidação são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse.

Considerando que a consolidação de contas deve permitir proceder à comparação da informação numa perspetiva intemporal, bem como com outros setores, foi publicada a Portaria nº474/2010, de 15 de junho, através da qual foi aprovada a Orientação nº1/2010, intitulada de “ Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os Municípios.

Sem prejuízo dos princípios contabilísticos estabelecidos pelo POCAL a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas devem pautar-se pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade mãe, o qual deve assegurar, de acordo com a mesma portaria, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contidas

As entidades incluídas no perímetro de consolidação convertem os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo CMO de forma a garantir a homogeneização da informação previamente à aplicação de qualquer dos métodos de consolidação.

No que respeita à numeração das notas do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, foram utilizadas as instruções publicadas pelo SATAPOCAL, de 28 de abril de 2011. As notas não

5

apresentadas não são aplicáveis ou o seu conteúdo é irrelevante para a análise das Demonstrações Financeiras.

1- Entidades incluídas no perímetro de consolidação

As entidades incluídas no perímetro de consolidação correspondem aquelas que a lei estabelece no seu artº 75, a saber:

- a) Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente total ou maioritária atendendo ao critério previsto no nº4 do artº16 do Lei 50/2012, de 31 de Agosto
- b) De natureza empresarial, a sua classificação, como empresas locais;
- c) De outra natureza, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente, nas seguintes condições:
 - I. De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto
 - II. De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Denominação	Sede	Capital	Percentagem capital detido	Nº médio de funcionários	Motivo de inclusão no perímetro	Método de consolidação
Município de Oeiras	Largo Marquês de Pombal 2784-501 Oeiras		---	1.772	Entidade consolidante	Entidade consolidante
Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, EEM	Rua Mestre de Avis, Oeiras, 2780-230 Oeiras	100.965,57	100%	73	Empresa Local detida a 100% de acordo com o artº75 a inclusão é obrigatória	Integral
Parques Tejo – Parqueamento de Oeiras, EEM	Avenida das Tulipas, n.º 6,10 D/E Edifício Miraflores – 1495-161 Algés	950.000,00	100%	46	Empresa Local detida a 100% de acordo com o artº75 a inclusão é obrigatória	Integral
SIMAS de Oeiras e Amadora	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19 Urb. Moinho das Antas 2784 - 541 Oeiras		50%	391	Serviços Intermunicipalizados, controle conjunto (50%) de acordo com o artº 75 a inclusão é obrigatória	Proporcional
Habitágua – Serviços Domiciliários Técnicos e especializados, E.M. Unipessoal, Lda.	Av.Comendador Nunes Corrêa, Armazém 52, Carnaxide, 2790-224 Oeiras	299.278,74€	100%	42	Empresa Local detida a 100% de acordo com o artº75 a inclusão é obrigatória	Integral
Lemo laboratório de ensaios de materiais de obras, E.I.M., S.A.	Estrada de Paço de Arcos 2770 - 130 Paço de arcos	874.000,00€	100%	22	Empresa Local detida a 100% de acordo com o artº75 a inclusão é obrigatória	Integral
EIA, Ensino e Investigação e Administração, S.A.	Fábrica da Pólvora de Barcarena 2730-036 Barcarena	753.797,00€	41,31%		Empresa Local detida a 41,31% de acordo com o artº75 a inclusão é obrigatória	Equivalência Patrimonial
Municipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Av.Prof.Dr.Cavaco Silva Edifício Ciência II Nº 11, 3º B Taguspark, 2740-120 Porto Salvo	3.236.668,68€	56,71%	45	Empresa Local detida a 56,71% de acordo com o artº75 a inclusão é obrigatória	Integral
SATU-Oeiras- Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A.	Estação dos Navegantes- Av.Senhor Jesus dos Navegantes 2770-161 Paço de Arcos	2.000.000,00€	51%	4	Empresa Local detida a 51% de acordo com o artº75 a inclusão é obrigatória	Integral

1. Análise do Perímetro de Consolidação

1.1- OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, E.E.M

A Oeiras Viva foi constituída em 18/4/2001, o capital social é de 100.965,57 sendo a Câmara Municipal de Oeiras acionista com uma participação de 100%

O objeto Social da Oeiras Viva EEM é a gestão de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer que integram ou venham a integrar o património da CMO ou aqueles que a qualquer título estejam confiados ao município para desenvolvimento daquelas atividades, bem como promover as ações necessárias à manutenção, reabilitação ou reequipamento desses espaços; a prestação de serviços de apoio às atuações municipais ou de outras entidades públicas ou privadas, no domínio da promoção de atividades socioculturais e desportivas.

A profunda crise do país condicionou de forma marcante toda a exploração da empresa, já que é um prestador de serviços cuja necessidade é preterível em contexto de menor rendimento disponível das famílias. Nesse contexto a empresa regista, em termos globais, uma quebra de proveitos, uma redução dos fornecimentos e serviços externos a par de um significativo aumento de custos com pessoal. Estes comportamentos não são porém homogéneos entre os vários centros de exploração.

- 1 Auditório Municipal;
- 7 Pavilhões desportivos;
- 1 Porto de Recreio;
- 1 Piscina Municipal de Barcarena;
- 1 Piscina Municipal de Linda-a-Velha;
- 1 Piscina Municipal da Outurela;
- 1 Piscina Oceânica;
- 1 Parque Desportivo Carlos Queiroz.



9

Em termos globais, os proveitos sofreram uma contração, comparativamente a 2012, de 178.864€ (5,3%) com todas as rubricas em consistência negativa.

Todas as rubricas de custos registam poupança, salvo duas delas: “Gastos com pessoal” e “Outros gastos e perdas. A primeira sofre um agravamento de 7% em relação a 2012 com expressão absoluta de 102.456€ por via da imposição legal (Lei do Orçamento do Estado de 2012), no que concerne ao pagamento de subsídio de férias pela sua totalidade representando em 2013 um peso na estrutura de resultados, na ordem dos 46%, sendo no ano transato de 41%

Em síntese, a exploração de 2013 encerra com um prejuízo de 232.959€ representando contra o resultado igualmente negativo de 2012 de 11.572€

1.2- Parques Tejo, parqueamentos de Oeiras, EEM

A Parques Tejo iniciou a sua atividade em Maio de 1999, o capital social da empresa é de 950.000,00€ sendo a Câmara Municipal de Oeiras acionista com uma participação de 100%

O objeto da Parques Tejo é dotar o Concelho com Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e Parques de Estacionamento, dotados de equipamentos com uma qualidade de excelência e geridos de acordo com as melhores praticas e com uma criteriosa aplicação dos recursos disponíveis.

Para além da atividade de fiscalização, a Parques Tejo ao longo de 2013 desencadeou outras ações visando melhorar e simplificar os procedimentos existentes e futuros, quer adquirindo melhores tecnologias, quer através da introdução de mecanismos de maior eficiência e rapidez.

Assim, são exemplo a implementação do sistema PaySimplex, que permite o pagamento do estacionamento em ZEDL'S através do telemóvel e internet, implementação de uma solução para a aplicação SoftPark, (aplicação que permite gerir a atividade de fiscalização) que permite emissão eletrónica de faturas, implementação de um sistema de automatização do processamento das contraordenações, implementação de um novo software para tratamento de dísticos de residente.

Foram construídos mais dois parques de estacionamento, o dos Navegantes e da Quinta das Amendoeiras, ambos em Paço de Arcos.

O resultado operacional obtido foi de 75.464,36€ correspondendo a uma diminuição de 86% em relação ao resultado de 2012 (553.073,27€) e um desvio de -7,4% quando comparado com o valor previsto de 288.484,24€

O valor atingido resulta de um decréscimo dos rendimentos (2.122.885,19€) da empresa em 5% e o aumento dos gastos (1.858.440,68€) em 26%. Comparativamente ao orçamentado corresponde a uma variação de -9% e +2% respetivamente.

O resultado antes impostos fixou-se em 128.144,22€ correspondendo a uma diminuição de 80% Relativamente a 2012 (623.585,05€) e a uma variação de -62% em relação ao valor orçamentado de 337.015,40€.


O resultado líquido ascendeu a 117.150,38€ o que corresponde a uma diminuição de 74% quando comparado com o resultado de 2012 (451.651,49€) e um desvio relativamente ao orçamentado (238.386,52€) correspondente a -51%

1.3-Habitágua Serviços Domiciliários e Técnicos Especializados, E.M Unipessoal Lda

Foi constituída em 05/04/1994, o capital social da empresa é de 299.278,74€ sendo a Câmara Municipal de Oeiras acionista com uma participação de 100%

Tem como atividade principal a prestação de serviços na área dos sistemas de distribuição e das instalações de água, nomeadamente através da reparação, alteração e/ou substituição de canalizações, instalação de equipamentos ou utensílios e na área da manutenção de edifícios, compreendendo a intervenção em instalações, coberturas e revestimentos interiores e exteriores de edifícios e infraestruturas, podendo ainda alargar-se a outras áreas afins ou conexas das principais.

Já em finais de 2012, derivado da aquisição da totalidade da quota da Habitágua por parte da Câmara Municipal de Oeiras, o Objeto Social evoluiu para o seguinte:

 11

Número Um – A Habitágua tem como objeto a prestação de serviços na área dos sistemas de distribuição e das instalações de água, nomeadamente através da manutenção, reparação, alteração e/ou substituição de canalizações, instalação de equipamentos ou utensílios e na área da manutenção de edifícios municipais escolares e de habitação social, compreendendo a intervenção em instalações, coberturas e revestimentos interiores e exteriores de edifícios e infraestruturas, podendo ainda alargar-se a outras áreas afins ou conexas das principais.

Número Dois – Constituem competência da Habitágua:

- A reparação de Contadores de consumo de água;
- Leituras de consumos de água;
- Cortes de abastecimento de água e respetivas religações;
- Substituição de Contadores:
- Substituição de Olhos-de-boi e outros equipamentos;
- Detecção de fugas de água nas Conduitas;
- Manutenção de Bebedouros;
- Manutenção de casas e edifícios, nomeadamente as casas de Habitação Social municipais e Escolas do primeiro Ciclo (pinturas, revestimentos, substituição de vidros, portas, janelas, armários, pavimentos e fechaduras, redes de água e esgoto e rede elétrica).

Os marcos mais salientes do exercício de 2013 foram:

- Redução do volume de negócios gerado pela empresa para o valor de 1,36 milhões de euros
- A campanha de instalação de 1.489 reparações de olhos-de-boi nos concelhos de Oeiras e Amadora, durante todo o ano, a qual constituiu a segunda maior iniciativa de substituição nesta área
- Prestação de serviços de cortes de abastecimento de água com brides especiais
- Inserida na estratégia de desenvolvimento de novas competências, a implementação de um projeto piloto de instalação de contadores inteligentes nos SIMAS de Oeiras e Amadora já se encontra a produzir resultados
- Inserida na estratégia de desenvolvimento de novas competências, a tentativa de realização de contratos com a CMO, tendo em vista a manutenção especializada de escolas e do parque habitacional;
- Implementação e desenvolvimento de um novo modelo de contabilidade e controlo de gestão
- Conclusão do plano de reestruturação da empresa e de racionalização de custos

Em síntese o exercício económico ficou marcado pela redução do volume de negócios de 1,95 milhões de euros para 1,36 milhões de euros, ao que corresponde uma diminuição de 21,29%.

Igualmente o resultado líquido do período foi de -299.616,84€, por comparação com os registados 48.846,41€ registados em 2012

1.4- Lemo Laboratório de ensaios de materiais de obras, E.I.M., S.A.

Foi constituída em 16/6/2003, o capital social da empresa é de 874.000,00€ sendo a Câmara Municipal de Oeiras acionista com uma participação de 100%.

A LEMO visa a promoção da qualidade das infraestruturas urbanísticas e da gestão urbana, desenvolvendo atividades tendentes a garantir a qualidade dos materiais e dos procedimentos construtivos empregues na construção civil e nas obras públicas, designadamente a realização de ensaios laboratoriais, a elaboração de pareceres e estudos técnicos nas fases de projeto e de, a fiscalização de obras de construção civil e obras públicas, garantindo um permanente e eficaz controlo de qualidade.

A reestruturação levada a cabo nos últimos dois anos, nomeadamente na estrutura de recursos humanos permitiu chegar a 31 de dezembro com 20 colaboradores, conseguindo ainda assim manter intacta a sua capacidade operacional.

A inexistência de condições, para elaboração de propostas para entidades públicas, por não terem tido condições de apresentar certidões das finanças e segurança social constituiu um forte impedimento ao processo de desenvolvimento comercial da Lemo reduzindo-os para uma condição passiva.

Numa situação de persistente crise generalizada no país, com natural incidência no setor das obras públicas e construção civil e no nível da atividade desenvolvida para o acionista CMO, o desempenho da Lemo traduziu-se apesar de tudo, num aumento dos proveitos totais em 6%. Tendo conseguido uma redução dos custos totais em 13%, tal combinação permitiu uma melhoria dos resultados em 26%. Contudo ainda se registou prejuízo cifrado em 549.447,06€.

1.5- SIMAS-Serviços Intermunicipalizados de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora

Os Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora (SMAS) foram criados em Junho de 1927, tendo sido aprovado o primeiro regulamento para o abastecimento de água em Dezembro de 1938.

Em 1956 foi criado o serviço de Saneamento de Oeiras, visando dar respostas aos problemas da poluição gerados pelo aumento da população e pelo crescimento das atividades industriais.

O ano de 2013 ficou, indiscutivelmente, marcado pela criação dos serviços intermunicipalizados de águas e saneamento de Oeiras e Amadora por força da entrada em vigor da Lei nº 5072012 de 31 de agosto.

Não sendo, reconhecidamente, a solução ótima, na qual os municípios aliás estavam e continuam a trabalhar, a criação dos SIMAS teve o mérito de formalizar uma parceria de sucesso, assegurando a continuidade na defesa dos interesses dos utilizadores, a proteção da saúde pública e a sustentabilidade social, financeira e ambiental dos serviços.

No plano económico, o Programa de Ajustamento Financeiro e as medidas de austeridade implementadas pelo governo voltaram a dominar as expectativas das empresas e das famílias, registando-se, pelo terceiro ano consecutivo, uma quebras na atividade económica do país, correspondendo, em termos acumulados, a cerca de 6.0 pontos percentuais.

O volume de atividade dos SIMAS não podia, naturalmente, deixar de refletir esta conjuntura económica recessiva e a quebra significativa do rendimento disponível das famílias.

Assim, a receita atingiu os 52,1 milhões de euros, o que representa uma redução de 10,3%, ou seja, menos de 5,9 milhões de euros face ao ano anterior, traduzindo, sobretudo, a variação negativa observada na venda de água e nos serviços de saneamento respetivamente, -8% e 18,1%.

Apesar da contração verificada no orçamento, os SIMAS mantiveram o volume anual do seu programa de investimentos num valor superior a 10,6 milhões de euros correspondendo inclusive a um acréscimo de 1,2% relativamente a 2012.

No que respeita à sustentabilidade económico-financeira, os SIMAS geraram proveitos e custos no valor de, respetivamente, 49,4 milhões de euros e de 41,5 milhões de euros, perfazendo um resultado líquido

de 7,9 milhões de euros, merecendo realce nesta performance e o esforço efetuado na contenção e controle de custos

1.6- SATU-Oeiras- Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A.

Sistema inovador de transporte público de passageiros, totalmente automático, possibilitando aos seus passageiros a máxima segurança, conforto e rapidez através da utilização de modernas tecnologias de vanguarda ao nível dos transportes.

A empresa manteve a certificação do seu sistema integrado de gestão nos referenciais: Saúde e segurança- OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008, Ambiente – ISSO 14001:2004 e Qualidade- ISO 9001:2008.

Apesar da conjuntura económica desfavorável e da tendência de perda de passageiros, transversal a todo o setor dos transportes no território nacional, no SATU em 2013, a tendência de queda nas receitas de bilhética e perda de passageiros foi invertida tendo existido uma ligeira subida, cerca de 3 0,73% nas receitas e de 1,05% nas viagens vendidas num total de 170.586 face às 168.807 do ano anterior.

O resultado líquido negativo obtido de 2.271.137,43€ alterou no sentido positivo em 22,4% face ao ano anterior, esta situação deveu-se essencialmente a um acerto dos juros especializados das prestações acessórias.

1.7-Municípa, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

A Municípa nasceu em 1999, fruto da vontade de um conjunto de Municípios, em constituir uma sociedade capaz de dar resposta às suas necessidades prementes de planeamento, ordenamento do

território e desenvolvimento de soluções SIG impulsionada pelo Município de Oeiras (acionista maioritário 56,71%), foi constituída em 18/10/1999

A Município tem como missão contribuir para o prestígio e afirmação dos municípios no mercado nacional e no mercado PALOP, nas áreas da Geo-Informação e Tecnologia, assumindo-se como a interface empresarial, dos municípios para os municípios, nas áreas da produção de Cartografia, Cadastro, Sistemas de Informação Geográfica, Internet (Municípios Digitais e e-Government), Formação, Consultoria, Fotografia Aérea, LiDAR e na elaboração de Edição de Publicações na área da sua atividade. Ao conjugar a tecnologia de ponta, com o conhecimento profundo dos seus clientes, em particular dos Municípios e da Administração Central, gera valor acrescentado aos seus clientes.

Os resultados de 2013 apresentam-se como os piores de sempre. Este decréscimo deve-se a várias razões, entre as quais, a ocorrência de eleições autárquicas, a crise económica, a lei dos compromissos, os critérios de adjudicação (preço mais baixo) e também o facto de o nosso território ser pequeno e estar quase todo cartografado.

A administração, consciente que os gastos permanentes são excessivos viu-se obrigada a implementar um plano de reestruturação de encargos fixos, originando necessariamente a redução de postos de trabalho.

Das negociações resultaram em 12 acordos firmados, uma redução de 25% dos funcionários. Esta decisão visa reduzir os encargos fixos futuros tendo em conta a sustentabilidade financeira e equilíbrio de contas requerida pela lei que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local.

A redução substancial do volume de negócios de -1.093.567 euros, ou seja, -47% face a 2012 bem como os encargos relacionados com as compensações estabelecidas no âmbito da redução de 25% dos efetivos originaram resultados excecionalmente negativos.

O objetivo passou por assumir em 2013, um mau resultado e em simultâneo prepara a empresa com uma estrutura de custos mais reduzida para os exercícios económicos seguintes, de modo a ser mais competitiva, esperando desta forma, nos anos vindouros, não onerar os acionistas da sociedade, mas sim possibilitar a remuneração pelo seu investimento na sociedade.

2. Métodos de Consolidação

O método de consolidação a aplicar depende da relação de controlo verificada entre a entidade consolidante e a entidade alvo de consolidação.

No caso da entidade consolidante deter sobre a participada, uma percentagem de controlo superior a 50% presume-se a existência de controlo exclusivo ou influência dominante, determinando a aplicação do método de consolidação integral.

No caso particular dos serviços intermunicipalizados dado o controlo existente na participação corresponder a 50% aplicou-se o método de consolidação proporcional.

No caso das participações inferiores a 50% mas superiores a 20% considerou-se existir uma influência suficientemente significativa para justificar a aplicação do método da equivalência patrimonial.

3. Balanço Consolidado

BALANÇO - ACTIVO

Código das contas POCAL	Activo	Contas estatutárias reclassificadas para POCAL			2012
		2013			
		AB	AP	AL	
	Imobilizado:				
	Bens e recursos naturais				
451	Terrenos e recursos naturais	3.586.884,47		3.586.884,47	2.948.791,68
452	Edifícios	4.779.518,19	618.297,24	4.161.220,95	4.240.469,95
453	Outras construções e infra-estruturas	61.369.065,10	12.351.262,50	49.017.802,60	49.959.514,65
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	3.572.489,94	46.016,40	3.526.473,54	3.259.520,35
459	Outros bens de domínio público	5.160.751,64	12.978,68	5.147.772,96	4.748.356,95
446	Imobilização em curso	45.701.743,72		45.701.743,72	40.526.900,31
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	21.000,00		21.000,00	21.000,00
		124.191.453,06	13.028.554,82	111.162.898,24	105.704.553,89
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	1.507.465,08	767.268,00	740.197,08	415.096,06
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.851.771,61	1.803.115,72	48.655,89	85.054,01
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.412.862,58	1.104.428,65	308.433,93	752.903,59
443	Imobilizações em curso	30.195,00	-	30.195,00	27.285,00
		4.802.294,27	3.674.812,37	1.127.481,90	1.280.338,66
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	117.105.002,65	-	117.105.002,65	114.144.804,16
422	Edifícios e outras construções	372.190.897,02	80.171.503,36	292.019.393,66	312.847.839,81
423	Equipamento Básico	32.108.348,29	23.149.091,07	8.959.257,22	5.573.731,23
424	Equipamento de transporte	6.606.745,95	5.803.675,37	803.070,58	856.946,95
425	Ferramentas e utensílios	1.038.739,38	807.285,69	231.453,69	126.322,04
426	Equipamento administrativo	20.531.428,08	17.691.715,03	2.839.713,05	3.861.462,48
427	Terras e vasilhame	204.034,12	204.034,12	-	-
429	Outras imobilizações corpóreas	11.555.706,78	7.784.769,89	3.770.936,89	3.869.430,00
442	Imobilizações em curso	17.234.010,27		17.234.010,27	6.157.797,42
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	22.611,00	-	22.611,00	-
		578.597.523,52	136.612.074,53	442.985.448,98	447.438.334,08
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	12.748.008,51	366.250,00	12.381.758,51	17.856.676,33
441	Imobilizações em curso	-	-	-	249.398,94
		12.748.008,51	366.250,00	12.381.758,51	18.106.075,27
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.097.527,06	221.054,00	3.876.473,06	4.086.393,07
32	Mercedonias	34.753,47	-	34.753,47	57.649,70
		4.132.280,53	221.054,00	3.911.226,53	4.144.042,77
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	556.344,06		556.344,06	1.434.744,06
211	Clientes, c/c	1.940.342,47		1.940.342,47	574.628,67
212	Contribuintes, c/c	75.465,64		75.465,64	-
213	Utentes, c/c	2.370.203,37		2.370.203,37	5.874.927,32
216	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	12.821.211,80	10.047.794,04	2.773.417,76	1.680.099,82
229	Adiantamentos a fornecedores	42.243,29		42.243,29	1.567,50
24	Estado e outros entes públicos	498.051,08		498.051,08	582.168,05
264	Administração autárquica	157.858,46		157.858,46	215.316,15
262+263+267+268	Outros devedores	659.926,68		659.926,68	25.347,60
		19.121.646,83	10.047.794,04	9.073.852,79	10.388.799,17
	Títulos negociáveis:				
16	Outras aplicações de tesouraria	-		-	7.901,54
		-		-	7.901,54
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	23.653.318,97		23.653.318,97	23.419.659,68
11	Caixa	177.452,62		177.452,62	581.710,46
		23.830.771,58		23.830.771,58	24.001.370,14
271	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proventos	17.838.170,38		17.838.170,38	5.382.489,84
272	Custos diferidos	654.810,66		654.810,66	930.299,30
		18.492.981,04		18.492.981,04	6.312.789,14
	Total de amortizações		152.315.441,72		
	Total de provisões		10.635.098,04		
	Total do activo	785.916.959,33		622.966.419,57	617.384.204,67

BALANÇO - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Código das contas POCAL		2013	2012
Fundos próprios e passivo			
Fundos próprios:			
51	Património	340.115.361,13	346.343.512,81
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	25.762,00	
53	Outros Inst. de CP		
56	Reservas de reavaliação	73.660,40	181.502,85
Reservas:			
571	Reservas legais	15.457.064,44	17.918.524,04
572	Reservas estatutárias	-	785.521,01
573	Reservas contratuais	-	
574	Reservas livres	30.219.557,05	58.053.704,80
575	Subsídios	-	
576	Doações	2.629.912,95	2.929.793,89
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	54.947.428,97	52.254.614,11
58	Outras variações nos fundos próprios (diferença de consolidação)	1.342.779,06	
59	Resultados transitados	23.866.012,55	28.125.848,34
88	Resultado líquido do exercício	25.898.969,49	20.562.945,50
	Interesses Minoritários	15.282.035,41	
		509.858.543,43	527.155.967,35
Passivo			
292	Provisões para riscos e encargos	3.190.740,45	19.053.319,46
		3.190.740,45	19.053.319,46
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2312	Empréstimos de m/l prazo	29.823.533,54	31.162.184,67
269	Adiantamentos por conta de vendas	-	
221	Fornecedores	-	3.359.927,25
2611	Fornecedores de imobilizado	22.795.546,75	84.302,02
262+263+267+268	Outros credores	4.357.735,74	
		56.976.816,03	34.606.413,94
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
2311	Empréstimos de curto prazo	5.242.897,54	2.861.549,83
221	Fornecedores, c/c	2.964.314,09	2.252.708,93
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	4.918.455,45	2.069.026,84
217+219	Cientes com caucões, adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	871.896,12	417.450,34
2611+2612	Fornecedores de imobilizado, c/c e leasing	10.134.818,43	7.834.570,05
24	Estado e outros entes públicos	1.565.668,74	1.377.144,69
264	Administração autárquica	2.644.994,81	4.169.498,05
262+263+267+268	Outros credores	2.425.444,88	3.511.615,43
		30.768.490,03	24.493.564,16
Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	16.076.335,06	8.935.385,71
274	Proveitos diferidos	6.095.494,57	3.139.554,05
		22.171.829,63	12.074.939,76
	Total do passivo	113.107.876,14	90.228.237,32
	Total dos fundos próprios interesses minoritários e do passivo	622.966.419,57	617.384.204,67

01
21



4. Demonstração de Resultados Consolidada



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

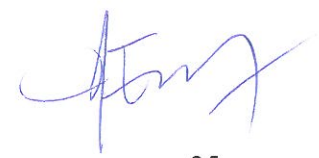
(Unidade: Euro)

Código das contas POCAL		2013	2012
61	Custos e perdas		
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	6.582.893,47	13.587.044,53
	Matérias	1.570.494,07	1.488.811,46
62	rentos e serviços externos	47.500.613,61	47.989.701,17
641+642	Custos com o pessoal:		
	Remunerações	35.149.141,11	34.440.663,25
643 a 648	Encargos sociais	8.525.366,75	7.391.378,52
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	6.220.860,22	6.685.443,40
66	Amortizações do exercício	12.400.089,13	15.465.145,06
67	Provisões do exercício	3.397.551,94	10.780.603,47
65	Outros custos e perdas operacionais	700.858,65	872.107,35
	(A)	122.047.868,93	136.700.898,21
68	Custos e perdas financeiros	3.889.801,35	684.375,86
	(C)	125.937.670,28	139.385.274,07
69	Custos e perdas extraordinários	5.998.552,66	6.633.092,73
	(E)	131.936.222,94	146.018.366,80
88	Resultado líquido do exercício	25.898.969,48	20.562.945,50
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Vendas de mercadorias	201.819,70	213.918,30
7112+7113	Vendas de produtos	10.643.756,05	23.138.428,78
712	Prestações de serviços	27.167.896,65	42.466.096,53
713+716	rendas de habitação social	5.460.239,34	6.625.736,53
72	Impostos e taxas	83.815.204,94	66.496.759,95
	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade	77.874,68	158.851,37
73	Proveitos suplementares	434.771,72	435.752,61
74	Transferências e subsídios obtidos	20.012.832,73	19.726.775,02
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	73.602,37	39.719,29
	(B)	147.887.998,16	159.302.038,38
78	Proveitos e ganhos financeiros	3.049.081,86	1.379.473,75
	(D)	150.937.080,02	160.681.512,13
79	Proveitos e ganhos extraordinários	5.240.135,71	5.899.800,17
	(F)	156.177.215,73	166.581.312,30

Resumo:		
Resultados operacionais: (B) - (A)		25.840.129,23
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A)	-	840.719,50
Resultados correntes: (D) - (C)		24.999.409,74
Resultado líquido do exercício: (F) - (E)		25.898.969,48
Resultado atribuível ao Município		27.556.946,18
Resultado atribuível a Interesses minoritários	-	1.657.976,70



5. Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada



Os montantes a seguir indicados incluem os saldos de caixa, os recebimentos e pagamentos do período.

Fluxos de Caixa Consolidados	
	Total
Saldo da gerência anterior	23.963.098,38
Alteração de perímetro 1/1/2013	78.722,53
Recebimentos	193.012.042,81
Pagamentos	193.223.092,14
Saldo para a gerência seguinte	23.830.771,58
Fluxo líquido do ano	- 211.049,33



6. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introdução

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo-prazo, bem como os mapas exigidos pelo art.º75 da Lei 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

6.1-Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas.

Caracterização da entidade consolidante

Município de Oeiras

NIF:500745943

Composição do órgão executivo a 31/12/2013

Presidente: Paulo César Vistas

Vice-presidente: Carlos Morgado

Vereadores: Ricardo Barros

Madalena Castro

Marlene Rodrigues



Alexandre Luz
Ângelo Pereira
Ricardo Rodrigues
Marcos de Sá Rodrigues
Alexandra Moura
Daniel Branco

Sistema de contabilidade aplicável: POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
Fiscal único: Victor José & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, E.E.M

NIF: 505351064

Composição do conselho de administração

Presidente: Rafael Luis Salgueiro
Vogal: José Manuel Pereira
Vogal: Susana Correia Santos

Sistema de contabilidade aplicável: SNC Sistema de Normalização Contabilística
Fiscal único: Mazars & Associados S.A

Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras, E.E.M

NIF: 504719670

Composição do conselho de administração

Presidente: José Ferreira de Matos
Vogal: Rui Marques Soeiro
Vogal: José Ataíde Campos

Sistema de contabilidade aplicável: SNC Sistema de Normalização Contabilística
Fiscal único: Armando Gonçalves & Manuel Lourenço SROC, Lda

Habitágua Serviços Domiciliários e Técnicos Especializados, E.M Unipessoal Lda

NIF: 503172022

Composição do conselho de administração

Presidente: Luis Manuel Silva Lopes
Vogal: Maria Lucia Martins de Paula

Sistema de contabilidade aplicável: SNC Sistema de Normalização Contabilística
Fiscal único: António Dias Nabais

Lemo laboratório de ensaios de materiais de obras, E.I.M., S.A.

NIF: 506596737

Composição do conselho de administração

Presidente: Emanuel Silva Martins

Vogal: Eugénio Silva Faca

Sistema de contabilidade aplicável: SNC Sistema de Normalização Contabilística
Fiscal único: Francisco Baptista de Castro Torres

SIMAS Serviços Intermunicipalizados de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora

NIF: 680015019

Composição do conselho de administração

Presidente: Carla Maria Tavares

Vogal: Paulo César Vistas

Vogal: José Agostinho Marques

Sistema de contabilidade aplicável: POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.
Fiscal único: Victor José & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

SATU-Oeiras- Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A.

NIF: 505194597

Composição do conselho de administração

Presidente: Miguel Ferreira da Costa

Vogal: Maria de Lurdes Vaz

Vogal: Vasco Macieira Durão

Sistema de contabilidade aplicável: SNC Sistema de Normalização Contabilística Fiscal único: Mariquito
Correia & Associados SROC

Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

NIF: 504475606

Composição do conselho de administração

Presidente: Fernando Nascimento Trigo

Administrador: João Costa Lopes

Administrador: João Brito da Silva

Sistema de contabilidade aplicável: SNC Sistema de Normalização Contabilística Fiscal único: Diz, Silva & Duarte, SROC

EIA, Ensino e Investigação e Administração, S.A.

O método da Equivalência Patrimonial aplica-se quando uma entidade pertencente ao Grupo Público exerça influência significativa sobre a gerência operacional e financeira de uma entidade não incluída no Grupo Público ou quando não seja aplicável qualquer dos outros métodos de Consolidação de Contas como é o caso da EIA SA, da qual a CMO detém 41,31%.

Este método é a melhor forma de refletir a realidade de registar o valor de determinada participação detida.

Consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada. É registado o aumento ou a diminuição da parte do investidor nos resultados da empresa depois da data da aquisição.

De acordo com o mesmo artigo ficam excluídas do perímetro de consolidação as entidades constantes do seguinte quadro.

NIPC	Entidades (fonte: SCA /SIC)	% Participação
502026391	AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos	20%
506698750	ISQ - Centro de Incubação de Empresas, Lda.	16,5%
502857587	TAGUSPARK, Soc. de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.	19,16%
506529940	OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras	72,46%
508156408	AITEC - Oeiras Associação para a Internacionalização, Promoção e Desenvolvimento Empresarial e das	50%
503455539	SANEST, Saneamento da Costa do Estoril, S.A.	12,25%
505610191	A.M.E.M. - Associação de Municípios para o Ensaio de Materiais	66,66%

6.2-Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Considerando o perímetro de consolidação definido na Lei 73 de 3 de setembro de 2013, as demonstrações financeiras apresentam uma imagem apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

No decurso de 2013 foram incluídas entidades no perímetro de consolidação por força da alteração legislativa do novo regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e aquisição:

- EIA
- SATU
- Municipia
- LEMO

Para efeitos comparativos com o consolidado a 2012 não foram consideradas estas entidades por não fazerem parte do perímetro de consolidação de 2012.

6.3-Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Extra contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de DF's, tendo em vista:

- A eliminação das participações financeiras
- A eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação
- Eliminação dos saldos entre estas mesmas entidades

6.4-Informações sobre o endividamento de médio e longo prazo

O grupo Municipal apresenta o endividamento de médio e longo prazo da seguinte forma:

Ano 2013 Unidade: Euro												
Código das contas	Designação das contas (a)	Endividamento Líquido (b)									Eliminação de créditos/dividas recíprocas	Grupo público consolidado
		CMO	SIMAS	OV	PT	HT	Municipia	Lemo	SATU	TOTAL		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=3+4+5+6+7+8+9+10	12	13=11-12
2312	Empréstimos de longo prazo	27.530.215,18	0,00	0,00	71.222,88	0,00	392.066,26	19.993,74	1.810.035,48	29.823.533,64		29.823.533,64
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	22.742.621,15	0,00	0,00		52.725,60				22.795.546,75		22.795.546,75
262+263+267+268	Outros credores	4.357.735,74	0,00	0,00						4.357.735,74		4.357.735,74
TOTAL		54.630.772,07	0,00	0,00	71.222,88	52.725,60	392.066,26	19.993,74	1.810.035,48	52.619.080,29		56.976.816,03

(a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dividas a terceiros-médio e longo prazos
(b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos 4 anos seguintes à data do balanço									
	CMO	Oeiras Viva	Parques Tejo	Habitáguas	Municipia	LEMO	SATU	SIMAS	TOTAL
Empréstimos de m/l prazo	8.259.248,91	-	39.873,10	-	665.644,23	19.993,74	-		9.004.759,98
Fornecedores de imobilizado m/l prazo	13.914.486,84				392.066,26				14.306.553,10
Outros Credores m/l prazo	2.614.641,48								
Empréstimos de curto prazo	2.886.201,37	750.000,00	13.029,87	85.000,00	410.138,28	346.587,27	881.283,26		5.322.185,05
Fornecedores, c/c	1.201.570,97	242.801,97	108.887,79	158.918,24	214.141,37	445.641,15	200.307,59	1.219.205,63	3.785.424,11
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	5.387.088,54							289.092,27	5.626.180,81
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	91,11				1.009,84		1.280.551,11	1.281.646,06
Fornecedores de imobilizado, c/c	9.404.576,06							1.152.992,21	10.557.568,27
Estado e outros entes públicos	308.756,13	107.888,11	51.113,04	102.568,76	102.848,98	351.606,67	5.654,66	1.074.693,28	2.104.619,63
Administração autárquica	-							5.289.989,61	5.289.989,61
Outros credores	2.258.862,40	248.929,06	262.673,88	158.466,86	114.567,18	217.541,33		1.046.223,22	4.307.269,93
TOTAL	46.235.432,10	1.349.204,65	470.027,68	504.953,86	1.918.836,30	1.382.374,00	1.037.195,51	11.302.747,33	66.200.831,43

6.6-Informações relativas a compromissos

Os compromissos assumidos pelo Município de Oeiras para exercícios futuros, relativa à entidade consolidante figuram todos no balanço consolidado.

6.7-Informações relativas a políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos que constam do ponto 4 do POCAL.

Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os eus critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.

Imobilizações

Os bens do imobilizado do grupo público municipal foram valorizados pelo custo de aquisição ou de produção.

Existências

As mercadorias e as matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Provisões

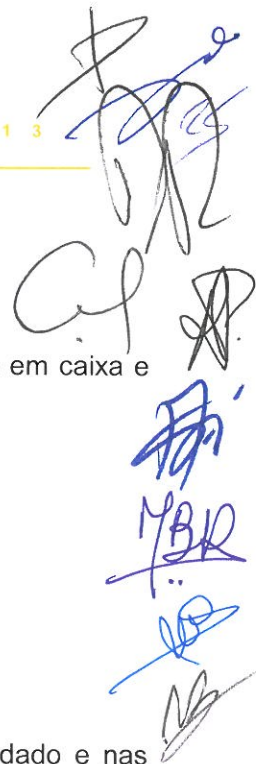
O saldo das provisões consolidado no ano de 2013 ascende a 13.604.785,04€.

Variação das Provisões registadas

CONSOLIDADO				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291- Provisões para cobranças duvidosas	10.962.952,50	3.757.162,04	4.672.320,50	10.047.794,04
292- Provisões para riscos e encargos	18.790.319,81	2.472.579,60	18.072.158,41	3.190.741,00
2921-Processos judiciais em curso	7.628.354,42	2.472.579,60	6.910.193,02	3.190.741,00
2924-Participações nos resultados	11.129.247,75		11.129.247,75	0,00
2926-Outros riscos e encargos	32.717,64	0,00	32.717,64	0,00
49-Provisão para Investimentos Financeiros	0	366.250,00	0	366.250,00

TOTAL PROVISÕES

13.604.785,04



Disponibilidades

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários ambos imediatamente realizáveis.

6.8-Informações relativas a determinadas rubricas

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações.



MAPA EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO					
(Unidade: Euro)					
ACTIVO BRUTO					
Designação	31-12-2012	Aumentos	Diminuições	Regularizações/ Transferências	31-12-2013
Imobilizado Incorpóreo					
Despesas de Instalação	938 299,20	152 290,40	-	416 875,48	1 507 465,08
Estudos/Projetos de desenvolvimento - Comum	1 913 254,69	7 249,02	-	68 732,11	1 851 771,61
Propriedade Industrial e Outros Direitos	1 669 874,42	113 278,51	-	370 290,35	1 412 862,58
	1 485,00	28 710,00	-	-	30 195,00
	4 522 913,31	301 527,93	-	22 146,98	4 802 294,27
Bens de Domínio Público					
451 - Terrenos e Recursos Naturais	2 948 791,68	566 385,01	-	71 707,78	3 586 884,47
452 - Edifícios	4 779 518,19	-	-	-	4 779 518,19
453 - Outras Construções e Infraestruturas	59 165 046,45	467 146,56	-	1 736 872,09	61 369 065,10
455 - Bens do Património histórico, artístico e cultural	3 300 205,60	-	-	272 284,34	3 572 489,94
459 - Outros bens do domínio público	4 760 155,75	-	-	400 595,89	5 160 751,64
445 - Imobilizado em curso	40 526 900,31	7 236 750,29	-	2 061 906,88	45 701 743,72
446 - Adiantamentos por conta de bens de domínio público	21 000,00	-	-	-	21 000,00
	115 501 617,98	8 270 281,86	-	419 553,22	124 191 453,06
Imobilizações Corpóreas					
421 - Terrenos e recursos naturais	113 565 758,13	2 805 110,37	467 943,05	1 202 077,20	117 105 002,65
422 - Edifícios e Outras Construções	343 103 409,12	8 635 832,72	-	20 451 655,18	372 190 897,02
423 - Equipamento básico	31 454 858,38	794 994,45	64 922,51	76 582,03	32 108 348,29
424 - Equipamento de transporte	6 430 555,63	184 711,89	728,28	7 793,30	6 606 745,95
425 - Ferramentas e utensílios	1 019 178,71	27 148,04	-	7 587,38	1 038 739,38
426 - Equipamento administrativo	20 284 994,47	344 200,35	15 427,54	82 339,20	20 531 428,08
427 - Taras e vasilhames	204 034,12	-	-	-	204 034,12
429 - Outras Imobilizações corpóreas	11 029 460,64	1 227 208,84	81,02	700 881,68	11 555 706,78
442 - Imobilizado em curso	4 704 822,93	35 867 886,25	-	23 338 496,90	17 234 010,27
446 - Adiantamentos por conta de imobil. corpóreas	-	22 611,00	-	-	22 611,00
	531 797 072,12	49 909 503,90	549 102,40	2 559 950,10	578 597 523,52
Total Imobilizado Bruto	651 821 603,41	58 481 313,69	549 102,40	2 162 543,85	707 591 270,85
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Designação	31-12-2012	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-12-2013
De Imobilizações Incorpóreas					
4831 - Despesas de Instalação	523 203,14	244 064,86	-	-	767 268,00
4832 - Estudos/Projetos de desenvolvimento - Comum	1 835 038,70	33 927,22	-	65 850,20	1 803 115,72
4833 - Propriedade Industrial e Outros Direitos	911 308,28	200 169,58	7 049,21	-	1 104 428,65
	3 269 550,12	478 161,66	7 049,21	65 850,20	3 674 812,37
De Imobilizações Corpóreas					
4821 - Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
4822 - Edifícios e Outras Construções	74 479 503,94	5 749 247,66	57 154,48	93,75	80 171 503,36
4823 - Equipamento básico	21 418 900,98	1 870 779,32	64 922,51	75 666,72	23 149 091,07
4824 - Equipamento de transporte	5 637 522,94	173 575,40	1 925,48	5 497,49	5 803 675,37
4825 - Ferramentas e utensílios	778 267,13	34 061,16	-	5 042,60	807 285,69
4826 - Equipamento administrativo	17 033 013,92	736 407,11	15 427,54	62 278,46	17 691 715,03
4827 - Taras e vasilhame	204 034,12	-	-	-	204 034,12
4829 - Outras Imobilizações corpóreas	7 096 492,68	688 321,54	44,33	-	7 784 769,89
	126 647 735,70	9 252 392,18	139 474,34	148 579,01	135 612 074,53
De Bens de Domínio Público					
4852 - Edifícios	539 048,24	79 249,00	-	-	618 297,24
4853 - Outras Construções e Infraestruturas	9 205 531,80	3 145 730,70	-	-	12 351 262,50
4855 - Bens do Património histórico, artístico e cultural	40 685,25	5 331,15	-	-	46 016,40
4859 - Outros bens do domínio público	11 798,80	1 179,88	-	-	12 978,68
	9 797 064,09	3 231 490,73	-	-	13 028 554,82
Total das amortizações	139 714 349,90	12 962 044,57	136 277,14	214 429,21	152 315 441,72

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias.

Entidade	Garantias bancárias	Total
CMO	542.039,61	542.039,61
SMAS	61.023,00	61.023,00
Oeiras Viva	254.415,71	254.415,71
Parques Tejo	-	-
Habitágua	3.496,39	3.496,39
LEMO	32.211,30	32.211,30
Município	-	-
EIA	-	-
	893.186,01	893.186,01

j) Vendas e prestações por atividade e mercados geográficos

Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos				
Rubricas	Mercado interno 2013	Mercado externo 2013	Total 2013	2012
Vendas de mercadorias	201.819,46		201.819,46	213.918,30
Vendas de produtos	10.643.756,05		10.643.756,05	23.138.428,78
Prestações de serviços	27.095.773,82	72.122,83	27.167.896,65	42.466.096,53
	37.941.349,33	72.122,83	38.013.472,16	65.818.443,61

m) Remunerações dos membros dos órgãos executivos e fiscalização

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos Executivos e de fiscalização											
Designação	Município de Oeiras	SMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Habitáguas	LEMO	Município	EIA	Total 2013	Total 2012	
Órgãos autárquicos	230.722,76	33.207,18	-	-	-	63.055,02	39.146,00	30.027,53	396.158,49	299.336,66	
Órgãos sociais	-	-	59.856,24	74.861,27	-	-	-	-	134.717,51	161.668,25	
Órgãos de fiscalização	25.165,80	19.500,00	8.400,00	9.799,92	7.500,00	2.940,00	7.200,00	23.554,50	104.060,22	82.054,98	
	255.888,56	52.707,18	68.256,24	84.661,19	7.500,00	65.995,02	46.346,00	53.582,03	684.936,22	543.059,89	



7. Análise Económico Financeira

O resultado líquido do grupo Município de Oeiras é de 25.898.969,49€ dos quais 1.657.976,70€ respeitam a interesses minoritários dos acionistas da Município e da SATU, o saldo da gerência ascende a 23.830.771,58€.

Numa breve análise a estes resultados, comparativamente ao ano transato, é de evidenciar um aumento de 25,95% no apuramento do resultado líquido (em 2012 era de 20.562.945,50€) já não sucedendo o mesmo no saldo de gerência que se traduz num a pequena diminuição de - 0.71% (em 2012 era de 24.001.370,14€)

Importa salientar o facto de terem sido introduzidas mais 4 empresas no perímetro de consolidação para as quais não existe termo de comparação para o ano de 2012.

Os custos revelam uma tendência decrescente, 131.936.222,94€ com uma variação de - 9,64% relativamente a 2012 com 146.018.366,80€. Esta redução é o espelho da implementação de medidas de contenção adotadas pelas empresas e pelo Município, assim como os cortes e ajustamentos nas despesas de pessoal.

Os proveitos refletem uma redução, 156.177.215,73€ com uma variação de - 6,25% relativamente a 2012 com 166.581.312,30€, reflexo das medidas de contenção na despesa por parte dos clientes e utentes.

